

VIOLÊNCIAS NO CONTEXTO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DE ALUNOS, PROFESSORES E GESTORES

VIOLENCES IN THE SCHOOL CONTEXT: PERCEPTIONS OF STUDENTS, TEACHERS AND MANAGERS

Graziela Boaszczyk Dalcastagner¹
Camila da Cunha Nunes²

RESUMO: Nas duas últimas décadas a violência escolar tem sido um tema de constante preocupação por parte da sociedade em geral, particularmente, pela comunidade escolar. Considerando isso, objetiva-se analisar as percepções dos alunos, gestores e professores do Ensino Fundamental II diante das possíveis violências encontradas no contexto escolar em duas escolas de Brusque (SC). Desenvolveu-se uma pesquisa aplicada de abordagem qualitativa e caráter exploratório. Para tal, foram entrevistados 2 gestores e responderam a um questionário misto 7 professores e 29 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II de duas escolas de Brusque. A partir disso, efetivou-se uma análise qualitativa. Evidenciou-se uma compreensão de violência como uma ação social que acaba interferindo no contexto escolar. Além disso, a violência não se limita apenas ao ato que agride o corpo em forma física, incidindo também na violência verbal, psicológica e até mesmo nas violências sistematizadas.

Palavras-chave: Violência. Escola. Percepções. Ensino Fundamental II. Brusque.

ABSTRACT: *In the last two decades, school violence has been a constant concern on part of society in general, particularly the school community. Considering this, the objective is to analyze the perceptions of students, managers and teachers of Elementary School II, in view of the possible violence found in the school context in two schools in Brusque (SC). An applied research of qualitative and exploratory nature was developed. To that end, 2 managers were interviewed and a total of 7 teachers and 29 students from the 9th grade of Elementary School II from two schools of Brusque answered a mixed questionnaire. From this, a qualitative analysis was carried out. An understanding of violence was evidenced as a social action that ends up interfering in the school context. In addition, violence is not limited only to the act that attacks the body in physical form, also affecting verbal, psychological violence and even systematic violence.*

Keywords: *Violence. School. Perceptions. Elementary School II. Brusque.*

1 INTRODUÇÃO

¹ Acadêmica do curso de Especialização em Educação do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. E-mail: grazidalcastagner@gmail.com

² Professora orientadora. Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: camila.nunes@unifebe.edu.br

A violência escolar tem sido um tema de constante preocupação, por parte da sociedade em geral e, particularmente, pela comunidade escolar. Um aspecto que tem contribuído para tal é um aumento significativo das investigações sobre o tema (MARTINS, 2005). Observa-se que atos violentos no ambiente educacional se repetem em vários pontos do país, expondo uma dificuldade mundial, propondo desta forma, uma reflexão a educadores e gestores (CHRISPINO, 2007).

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015), os alunos brasileiros citaram que a frequência com que os colegas da escola zombam e humilham é de 7,4%, sendo que esses enfatizam que na maior parte do tempo ou sempre se sentem humilhados por provocações; citados como principais motivos estão a aparência do rosto (10,9%) e a aparência do corpo (15,6%). O mesmo parece ocorrer na relação inversa, pois quando indagados se haviam zombado, intimidado ou caçoado de algum de seus colegas de turma, 19,8% afirmaram que sim.

Em Santa Catarina (SC) os entrevistados não relataram causas ou motivos, mas 68% dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental afirmaram que já foram humilhados por provocações de colegas. Esse dado coloca SC na primeira colocação dessa estatística específica, demonstrando a incidência de sua ocorrência. No total, foram ouvidos 3.615 estudantes de 145 escolas privadas e públicas do Estado. Santa Catarina ficou acima da média da região Sul, de 63%, e também na proporção nacional, de 61,1% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). Diante disso, há a necessidade de refletir sobre as medidas a serem tomadas para minimizar as violências escolares.

Em nível nacional, visando coibir a violência e as ações desencadeadas, criou-se o Programa de Combate a Intimidação Sistemática (por meio da Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015). O Programa objetiva combater a prática de violências físicas, psicológicas, intimidações sistemáticas (*bullying*) caracterizadas por humilhação ou discriminação, e intimidação sistemática na rede mundial de computadores (*cyberbullyng*), ocasionados pela adulteração de fotos e dados pessoais, para depreciar, incitar a violência, com a intenção de criar meios de constrangimento psicossocial (BRASIL, 2015).

Com o passar dos anos, o convívio escolar acabou se modificando e, dentro dos espaços educativos, nos deparamos “[...] com o fenômeno da violência estudantil, através de cenas de agressividade entre alunos, tráfico de drogas, furtos,

indisciplina, depredações e desrespeito com os profissionais que nela atuam” (PIGATTO, 2010, p. 304). É importante estar dialogando sobre a temática violência, pois se apresenta cada vez mais agressiva, por isso, é necessário “[...] mobilização, reflexão e de políticas públicas para enfrentá-la” (REIS, 2003, p. 9).

Os conflitos no ambiente escolar podem ser gerados por vários motivos, dessa forma, faz-se necessário (re)pensar o contexto escolar, possibilitando aos sujeitos educacionais refletirem sobre os entraves ocasionados pela violência existente e, com isso, desenvolverem estratégias de ação. Deste modo, é no sentido de pesquisar duas realidades distintas, que se tem como objetivo analisar as percepções dos alunos, gestores e professores do Ensino Fundamental II, diante das possíveis violências encontradas no contexto escolar em duas escolas de Brusque (SC). Fato que pressupõe diferentes concepções de sociedade e educação,.

Ressalta-se que a violência escolar é um fato preocupante e tem afetado diretamente as relações sociais e, particularmente, prejudicado o processo de ensino e aprendizagem. Compreende-se que as violências não são apenas caracterizadas “[...] por meio de agressões físicas ou aos bens materiais, mas também de uma violência simbólica exercida por meio de atos verbais, psicológicos, ou abuso de poder e violência institucional” (FERRO, 2013, p. 84), essas que, muitas vezes, são os atos mais prejudiciais para o desenvolvimento.

Podem ser consequência de práticas refletidas em preconceito, discriminação e crise de autoridade ou, ainda, devido à falta de ações democráticas realizadas dentro da Instituição educacional. Sendo assim, as escolas lidam com os atos de violência realizando ações informais e formais, sendo específicas para cada caso, conforme as singularidades de cada gestor escolar ou projeto político pedagógico (PPP) (MARRIEL et al., 2006).

Diante disso, partimos do pressuposto de que a violência no contexto escolar, a partir da percepção de professores, é prejudicial ao desenvolvimento do educando. Na visão dos gestores compreende-se que prejudica a escola como um todo, desde os educandos, como também o próprio funcionamento, estrutura da Instituição e integridade psicológica dos envolvidos. Em relação aos alunos, pressupõe-se que podem sentir-se amedrontados e desmotivados a estudar, dificultando a aprendizagem significativa. Por isso, os professores e gestores utilizam “[...] o estímulo ao diálogo, a escuta atenta e empática, a construção de vínculos afetivos

fortes, o desenvolvimento de uma reflexão crítica” (SILVA, 2010, p. 69), como estratégias para amenizar as violências na escola.

Diante dessas considerações, a partir da realidade estudada e das percepções dos sujeitos, podem surgir estratégias de ações com vistas a minimizar a violência no contexto escolar do município de Brusque. Nesse sentido, para concretizar um efetivo ensino e aprendizagem de qualidade, é fundamental que os profissionais e professores se sintam estimulados a realizar as suas práticas pedagógicas, pois “a violência atinge toda sociedade direta e/ou indiretamente sem exceções, fazendo-se presente explícita ou implicitamente no cotidiano das pessoas” (FERRO, 2013, p. 22). Dentro do ambiente educacional “[...] a falta de ética e do respeito às regras influenciam a qualidade do trabalho docente e a aprendizagem do educando” (PIGATTO, 2010, p. 310). Ressalta-se que a violência na escola não pode ser vista e trabalhada como um fato isolado, pois faz parte de um processo mais amplo, de uma situação social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

A violência não é um fenômeno novo para a humanidade. Esses atos se manifestam de maneira complexa e heterogênea e sua origem decorre de causas diversas, de natureza individual, grupal, social e histórica. No ambiente escolar manifestam-se diversas formas de violência, fazendo-se presentes no dia a dia educacional (ABRAMOVAY, 2012). Essas não estão restritas “[...] aos atos mais explícitos, por exemplo, as agressões físicas ou o uso de armas. Sua classificação e explicação têm sido tarefa difícil porque abrange aspectos heterogêneos que envolvem contextos múltiplos” (TSUKAMOTO, 2015, p. 40).

A discussão sobre violências nos contextos escolares modifica-se de acordo com o olhar pelo qual é observado. Anos atrás, as análises sobre a violência dentro da escola que ganhavam mais enfoque eram as ocasionadas por parte dos professores contra os educandos (manifestos em castigos físicos e/ou punições). Atualmente, encontram-se relatos que ressaltam a análise da violência realizada entre alunos, ou de alunos contra a escola; e, também, de professores contra alunos (ABRAMOVAY, 2003).

Diante disso, observa-se que há dificuldade para definir o que é violência escolar, pois está vinculada com fenômenos singulares, difíceis de ordenar e delimitar. Considera-se violência atos como golpes, roubos, crimes, vandalismos e ferimentos, bem como, humilhações, falta de respeito, grosserias, relações de poder etc. Porém, é necessário repensar “[...] um consenso quanto ao fato de que não só a violência física merece atenção, pois todos os outros tipos de violência podem ser traumáticos e graves” (ABRAMOVAY, 2003, p. 23).

O entendimento desse processo implica conhecer e analisar o cotidiano e os problemas que nele se manifestam. A falta de segurança, os conflitos entre os diversos sujeitos, as agressões verbais, as discriminações, as ameaças e as agressões físicas, entre outros eventos, deterioram o clima escolar e, por conseguinte, as relações sociais, impedindo que a escola cumpra sua função (ABRAMOVAY, 2012, p. 46).

Diante dos fatos apresentados, verifica-se a necessidade de conhecer o cotidiano e as vivências do ambiente escolar, pois por meio das percepções dos professores, alunos e gestores é possível analisar de forma crítica e reflexiva a escola e os comportamentos dos envolvidos. Com isso, busca-se desenvolver uma análise voltada à formação humanística, em prol da cidadania, ressaltando a importância do respeito e a necessidade de um ambiente acolhedor e harmonioso (FERRO, 2013).

Dentro do ambiente educacional, segundo Ristum (2010, p. 73), “[...] há uma violência que foi chamada por violência simbólica, da qual o professor é tanto alvo quanto autor”, sendo o tipo de violência mais efetuada dentro da escola. “O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada [...] das outras formas de poder” (BORDIEU, 1989, p. 15). Esse tipo de violência tem “[...] por base uma sociedade como um campo de dominação e de reprodução dissimulada das desigualdades sociais nas instituições, o que contraria a ideia de igualdade de oportunidade vinculada às políticas neoliberais” (TSUKAMOTO, 2015, p. 48).

[...] É utilizada como forma de dominação, inclusive pelos professores, posto que os símbolos são instrumentos estruturados e estruturantes de conhecimento. Mas também os professores estão sujeitos a essa violência, ao ter que cumprir prazos, programas, preencher formulários, cadernetas etc., ou seja, atender às determinações vindas de cima, sem que o professor tenha participação na sua elaboração. Assim, nas nossas instituições escolares, percebe-se o professor com um duplo papel: de um lado, como representante do poder, exerce o papel de dominador; de outro, o papel de dominado, submetendo-se a regulamentos e exigências

burocraticamente estabelecidas, em que os aspectos organizacionais administrativos se sobrepõem à pedagogia (RISTUM, 2010, p. 74).

Outro tipo de violência que se encontra no contexto escolar é o *bullying*. O *bullying* foi classificado como um abuso de poder sistemático, que possui como definição o desejo deliberado e consciente de humilhar, maltratar e colocar determinada pessoa sob tensão. A característica mais comum do *bullying* são os xingamentos, seguidos por gestos ofensivos, exclusão de uma criança de um grupo de amigadas, agressões físicas e extorsão (DEBARBIEUX; BLAYA, 2002). Pesquisas sobre o *bullying* “[...] ao redor do mundo, apontam para o crescimento do problema: estima-se que de 5% a 35% das crianças em idade escolar estejam envolvidas em condutas agressivas no ambiente educacional” (SILVA, 2010, p. 112).

Já em relação às incivildades ou microviolências, essas estão caracterizadas pelo fato de não serem baseadas em agressão, como afirma Tiellet (2012, p. 258), “[...] violência e microviolência diferenciam-se pelo uso da força, e o que as une é o desejo de negação do outro, de privá-lo da condição de pertencimento”. Nesse sentido, as incivildades e microviolências são atos de malcriação, vandalismo e indelicadezas, que estão diariamente inseridas no cotidiano escolar, ameaçando a ordem estabelecida na escola, bem como na sociedade (TSUKAMOTO, 2015).

Também, por vezes, desencadeada pelo próprio *bullying* encontra-se a violência física, sendo essa “[...] uma relação social de poder que se manifesta nas marcas que ficam principalmente no corpo, machucando-o” (FALEIROS, 2008, p. 35). Destaca-se como violência física: lesões, mordidas, fraturas, inchaços, hemorragias, queimaduras, ferimentos, hematomas, mutilações e, inclusive, falecimento. A violência física pode aparecer em diversos níveis, pois a intensidade é realizada conforme a força do agressor.

São formas de violência física: a disciplina física abusiva com fins corretivos (tapas, surras e agressões com qualquer outro tipo de objeto), torturas, privações físicas deliberadas (de comer e de beber), restrições de movimentos (confinamento), privação ou transferência de abrigo (expulsão do lar, colocação em outra residência, internação), trabalho forçado e inadequado à idade e desenvolvimento do vitimizado, eliminação física (assassinato) e violência sexual (FALEIROS, 2008, p. 35).

É baseada no terror, na submissão, no sofrimento, podendo-se constituir ao mesmo tempo por violência psicológica. Infelizmente a violência física, em muitos casos, é omitida. Muitas crianças e jovens se sentem acuados para contar o fato

sobre o que sofreu, sendo assim, nos serviços de saúde, geralmente, as crianças relatam que tal hematoma ocorreu devido a um acidente (FALEIROS, 2008).

Além dessas, a violência psicológica é manifesta por uma relação de poder desigual. Para Faleiros (2008, p. 36):

esse poder é exercido através de atitudes de mando arbitrário (obedeça porque eu quero), de agressões verbais, de regras excessivas, de ameaças (inclusive de morte), humilhações desvalorização, estigmatização, desqualificação, rejeição, isolamento, exigência de comportamentos éticos inadequados ou acima das capacidades e de exploração econômica ou sexual.

A violência psicológica ocorre com frequência no cotidiano escolar, mas, por vezes, não é identificada como uma violência. Geralmente não se responsabilizam ou denunciam pais, policiais, parentes e professores, que humilham, desqualificam e desprezam crianças e adolescentes. A violência psicológica é diferente da violência física, pois não fere o corpo, mas se manifesta no comportamento do vitimizado. Ocasionalmente traumas gravíssimos, que afetam o psiquismo, as emoções, a interação e, inclusive, as atitudes do violentado (FALEIROS, 2008).

Diante disso, não restam dúvidas sobre a necessidade de criar estratégias para reduzir a violência e a criminalidade no meio educacional. O desafio que se observa é saber quais as políticas que estão implementadas, que resultam na pacificação da vida escolar, sem ferir os direitos humanos dos envolvidos (GONÇALVES; SPOSITO, 2002).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) e a Normativa Internacional possuem uma teoria central e universal sobre os direitos humanos e direitos da criança e adolescente em desenvolvimento. O artigo 4º do ECA define que:

é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, n.p).

O não cumprimento desse direito se institui por violência delituosa. Segundo o ECA, em seu artigo 5º, “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão,

punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990).

Estabeleceu-se a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, referente à garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, sendo que, em seu artigo 2º ressalta que:

[...] gozam dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas a proteção integral e as oportunidades e facilidades para viver sem violência e preservar sua saúde física e mental e seu desenvolvimento moral, intelectual e social, e gozam de direitos específicos à sua condição de vítima ou testemunha (BRASIL, 2017).

Esclarecendo no artigo 4º as condutas criminosas e formas de violência:

I - violência física, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico;

II - violência psicológica:

a) qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (*bullying*) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional;

b) o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este;

c) qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha;

III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro;

b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;

c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação;

IV - violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização (BRASIL, 2017).

A partir da legislação e das iniciativas, como é possível perceber, embora não seja caracterizada a violência simbólica abordada anteriormente, essa forma de manifestação de violência é contemplada. Essas legislações representam que a violência é um ato social (envolve a sociedade) e, conseqüentemente, pode ser previsto e pensado pela União, estados e municípios, de modo a garantir os direitos fundamentais dos cidadãos assegurados constitucionalmente (BRASIL, 1988) e caracterizados em direitos políticos, civil e social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se uma pesquisa de natureza aplicada (GERHARDT; SILVEIRA, 2009) com uma abordagem qualitativa (MCMILLAN; SCHUMACHER, 2005) de caráter exploratório (GIL, 2002).

Participaram da pesquisa 7 professores, todos da escola A, 2 gestores (um de cada escola) e 29 alunos (18 da escola A e 11 da escola B) do 9º ano do Ensino Fundamental II de duas escolas de Brusque. Ressalta-se que os professores da escola B foram convidados, mas não se mostraram dispostos a participar. Os participantes foram selecionados por conveniência, envolvendo aqueles que estavam disponíveis para participar de modo voluntário. Escolheram-se os alunos do 9º ano, pois conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), 68% dos alunos do 9º ano de SC afirmaram que já foram humilhados por provocações de colegas.

Para realizar a coleta de dados, disponibilizaram-se para os alunos e professores questionários mistos. Os gestores responderam a uma entrevista semiestruturada que foi gravada com o recurso de telefone celular para arquivar e posterior transcrição dos relatos. Visando aprimorar e ampliar o conhecimento sobre o tema realizou-se uma análise qualitativa entre os dados coletados e o referencial teórico.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para visualização dos dados empíricos coletados, as escolas serão denominadas de escola A e escola B. Participaram da pesquisa três públicos distintos, sendo assim, buscaremos aproximar e distanciar suas percepções. Para tal, denominaremos os professores, alunos e gestores, especificando a escola que atuam, sendo assim, utilizaremos: professor 1, escola A; professor 2, escola A; e assim sucessivamente até professor 7, escola A; o mesmo ocorrerá com os demais participantes, exceto no caso dos professores da escola B que não participaram.

A violência pode ser compreendida como “[...] ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afeta a sua integridade física, moral, mental ou espiritual” (MINAYO; SOUZA, 1998, p. 513). Nesse sentido, vejamos o que foi manifesto em alguns dos relatos,: “pode ser ela verbal, física, pra mim é tudo aquilo que deixa o próximo incomodado” (Aluno 6, Escola B); “é um ato muito ridicularizado, que acontece em nosso meio” (Aluno 4, Escola A); “é algo que uma pessoa faz ao outro e ele não gosta, pode ferir até com palavras” (Aluno 1, Escola B); “é em ato de raiva” (Aluno 8, Escola A); “é quando alguém ou algo invade nosso espaço, sendo esse espaço físico ou virtual, gerando um desconforto” (Aluno 5, Escola B).

Desse modo, percebe-se que a violência possui várias compreensões e significados e pode ocorrer de modo presencial ou virtual. Os atos de violência possuem objetivos finais e podem ser oriundos de diversas causas, formas de manifestação, e resultam em danos a longo, médio ou curto prazo. Segundo Ristum (2001), pode ser dividida em duas categorias: (i) contextuais e (ii) pessoais.

A categoria (i) causas contextuais é dividida em duas subcategorias, denominadas de causas contextuais distais e contextuais proximais. As distais são produzidas em uma proporção maior como, por exemplo, pela conjuntura social, econômica, política e cultural, pelo desemprego, fome, pobreza, exclusão social, abandono de crianças, violação dos direitos humanos etc. Já as proximais são presentes no dia a dia do indivíduo, como: violência em casa, nos meios de comunicação, desorganização e desestruturação familiar. As (ii) causas pessoais são oriundas do indivíduo que pratica a violência, tais como o consumo de álcool, drogas, estresse, temperamento etc. (RISTUM, 2001).

Dessa forma, mais especificamente, a violência no contexto escolar, pode ser concebida como um fato social, pois

[...] é reconhecível pelo poder de coerção externa que exerce ou é suscetível de exercer sobre os indivíduos; e a presença deste poder é reconhecível, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja pela resistência que o fato opõe a qualquer empreendimento individual que tenda a violentá-lo (DURKHEIM, 1972, p. 3-4).

Por vezes, as próprias diferenças contribuem para que se manifeste, mesmo em um ambiente educacional. Os gestores sinalizam que

não deveria acontecer né, jamais, é um ambiente educacional, não combina com este ambiente, mas infelizmente acontece né. O que devemos fazer é lidar com isso, através de formação para os professores, e dar suporte aos profissionais como uma equipe, pois a escola sozinha não dá conta. Por isso temos um trabalho legal junto com a Polícia Militar, um trabalho bacana com o conselho tutelar, porque quando eu digo equipe, é se cercar disso tudo pra poder dar conta. Na verdade a violência não é fruto da escola, ela é da sociedade, e acaba entrando na escola (Gestor 1, Escola A).

a violência escolar se expressa de várias formas né? [...] Então, violência física, emocional, psicológica, e entre as crianças existem aqui na escola de todos os tipos. Então nós resolvemos problemas quando eles chegam no finalmente, quando ocorre a violência física, mas eu tenho que estar lidando com estas crianças, para buscar o que gerou esta violência física (...) né, que fundo tem isso, e geralmente, com certeza, chegamos a questões de provocações, *bullying*, enfim, desentendimentos entre eles. Por quê? (...) (((confundi-se))). Aqui na escola temos [...], cada um com a sua base familiar, com sua construção de valores, ainda que, a grande maioria permeie, vamos dizer assim, no mesmo valor, mas sempre tem famílias com valores diferenciados. Acabam aqui na escola se confrontando, e cada um buscando o seu espaço [...] isso acaba gerando todos os tipos de violência, e precisamos estar atentos porquê as vezes ela é, como posso dizer, ela é quieta, ela não aparece (...). É muito bom quando a violência vem à tona, que nos trazem ou percebemos (...), mas a gente tem que ficar atento, por que às vezes o aluno se fecha e pronto, aí cai o rendimento escolar, ele fica até às vezes depressivo. [...] então temos que estar atentos a todo tipo de violência, e todos os tipos de reação frente à violência (Gestor 1, Escola B).

Percebe-se que questões exteriores à escola implicam em vários tipos de violência que acometem o contexto escolar, sendo que a violência verbal parece ser a com maior incidência. No entanto, frequentemente as pessoas acabam não relatando a violência verbal, pois essa é, por vezes, tolerada. Assim, esse tipo de violência acaba se naturalizando e dificultando a identificação de alguns casos, ou seja, as vítimas acabam não realizando denúncias (RUSSO et al., 2014).

O *bullying* pode ocorrer de várias formas, desde expressões verbais (insultar, xingar, ofender, colocar apelidos pejorativos etc.), agressões ao físico e material (ferir, beliscar, chutar, bater etc.), agressões ao psicológico e moral (irritar, excluir, ridicularizar etc.), sexual (assediar, abusar etc.) e virtual (calúnias, maledicências etc.) sendo essas as formas que caracterizam esse tipo de violência dentro e fora das escolas (SILVA, 2010). Por isso, há a necessidade de prestar atenção nas reações dos alunos, bem como no seu rendimento escolar, pois a educação “[...] é integrar todas as dimensões da vida, a encontrar nosso caminho intelectual, emocional, profissional, que nos realize e que contribua para modificar a sociedade que temos” (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2006, p. 12). Sendo assim, o professor como mediador do processo formativo precisa compreender a importância de minimizar ou extinguir qualquer tipo de violência. Nesse sentido, o olhar atento contribui para modificar a situação atual em que se vive.

Conforme o Gestor 1, Escola A, “a violência mais cometida é a verbal, eles não medem as palavras, e o nosso trabalho é cotidiano, diário. Nós temos uma política aqui na nossa escola, um combinado na verdade, que é não deixar passar nada”; para o Gestor 1, Escola B: “a mais frequente realmente é [...] de ‘pegação’ de pé (...) *bullying*, então a mais frequente é (...) entre os alunos, quando um aluno não aceita o modo de ser do outro (...) né, por vários motivos (...), e alguns se passam também nas brincadeiras [...]”.

Além disso, as escolas desenvolvem procedimentos para atender esses casos, vejamos:

quando ocorre algo, já é chamado o aluno, já é conversado, pra ser resolvido. Nenhum aluno sai aqui da escola às 11h30min sem ter resolvido o problema. Então nós temos ali no nosso PPP, no nosso regimento, que o primeiro passo é a conversa, a orientação, na segunda vez um registro com a assinatura sobre o combinado. Então é dar realmente a devida atenção, não deixar passar nada! (Gestor 1, Escola A).

Os Gestores relataram como a causa que ocasiona algum tipo de violência, “o *bullying*, e também dá muito probleminha a questão de namoro também (...) nos anos finais (...) gera às vezes, chega à agressão física” (Gestor 1, Escola B). Nos anos finais do ensino fundamental os alunos vivenciam uma ebulição de transformações em sua identidade. É uma fase com significado próprio, que ocorre principalmente na escola, como uma etapa dinâmica de transição entre a infância e

a maioria, individual e que depende de fatores biológicos específicos de cada sujeito.

. De modo prático, nessa fase “os grupos deixam de ser só de meninos ou só de meninas, surgem as tribos, e o namoro ou o ‘ficar’ assume papel de destaque nas relações. Neste contexto, a escola figura como um ponto de encontro, um lugar de aprender e de conhecer pessoas” (PINHEIRO, 2012, p. 9). Diante disso, conforme ressaltado por Silva (2010, p. 69),

as “ferramentas” que os adultos devem utilizar para intervir, evitando as consequências mais dramáticas nessa difícil fase de transição para a vida adulta, são: o estímulo ao diálogo, a escuta atenta e empática, a construção de vínculos afetivos fortes, o desenvolvimento de uma reflexão crítica, o incentivo à participação familiar e escolar, a orientação para a responsabilização por si mesmos e pelos outros, a criação e a implementação de regras e o estabelecimento precoce (desde os primeiros anos de vida) de limites bem definidos.

Já o Gestor 1, Escola A, relatou como causa:

a gente na sociedade tá vivendo com uma diversidade muito grande, diversidade de opinião, diversidade de valores, na tua casa é de um jeito, na minha casa é de outro. Aí a gente vem pro ambiente social que é a escola, tu quer fazer de um jeito, eu quero fazer de outro, e acaba gerando os conflitos. São conflitos da sociedade, que muitas vezes a gente traz pra cá, que acaba gerando uma violência.

Diante disso, observa-se que a diversidade é um dos elementos que ocasiona o desenvolvimento da violência na escola. A compreensão da diversidade perpassa por considerar “as diferentes condições étnicas e culturais, as desigualdades socioeconômicas, as relações discriminatórias e excludentes presentes em nossas escolas e que compõem os diversos grupos sociais” (SANTOS, 2008, p.14).

Ademais, dos 29 alunos participantes, os 18 alunos da escola A relataram que não sofreram nenhum tipo de violência. Já dos 11 alunos da escola B, apenas três não sofreram violência. Também, percebe-se que problemas ocasionados dentro da escola ocasionam violência fora da escola. Apesar de às vezes não serem identificadas como violências, segundo Abramovay e Rua (2002, p. 80),

a escola se destaca como locus de violência simbólica, que se manifesta por meio de diversos atos. Pressionar a partir do poder de conferir notas, ignorar os alunos com seus problemas, tratá-los mal, recorrer a agressões

verbais e expô-los ao ridículo quando não compreendem algum conteúdo são algumas violências [...]. Os professores também sofrem quando são agredidos em seu trabalho e em sua identidade profissional pelo desinteresse e indiferença dos alunos, [...].

Os professores também relataram já terem sofrido algum tipo de violência no contexto escolar, cometida por aluno e/ou coordenador. Essa mesma evidência foi apresentada pelos gestores que apontam já ter ocorrido violências contra professores e demais profissionais, assim como entre eles. Manifestou-se, nesses casos, a violência verbal nas duas realidades (Escola A e Escola B).

Segundo o Gestor 1, Escola A, “a violência mais cometida é a verbal, eles não medem as palavras, e o nosso trabalho é cotidiano, diário”, diante disso percebe-se que a resposta do gestor é condizente com as dos professores: “ofensas verbais e até certo ponto preconceituosas entre meninos e meninas” (Professor 1, Escola A); “o mais recorrente é apelidos, excluir de grupos de atividades e piadas” (Professor 5, Escola A); “envolvidos eram alunos e os motivos variam muito. Eles mesmos trazem os motivos daquele dia, algo que acontece dentro de sala de aula ou em casa” (Professor 6, Escola A). Caracteriza-se violência verbal por: “[...] a violência psicológica, que envolve a agressão emocional e a verbal. A violência verbal é o tipo mais frequente de violência psicológica e já foi avaliada em diversas populações, tais como as populações [...]” (OLIVEIRA; MACHADO; GUIMARÃES, 2013, p. 160). Recorrendo novamente, a assertiva que sinaliza uma relação entre os tipos de violência.

O Gestor 1, Escola A, bem como o Gestor 1, Escola B, relataram que quando ocorre algum tipo de violência no ambiente escolar, é realizada uma conversa com os alunos, professores ou demais pessoas envolvidas. Já, segundo os alunos, o que ocorreu depois da violência foi “conversei com a minha mãe, mas como éramos crianças era normal” (Aluno 5, Escola B); “conversei com a diretora e ela falou com o menino que me dava apelido” (Aluno 9, Escola B); “a professora chamou os pais do aluno para conversar” (Aluno 7, Escola B); “simplesmente deixei a situação em *off* até que com o tempo parou” (Aluno 4, Escola B); “chamei os professores e aprendi a me defender” (Aluno 3, Escola B); “a coordenação e direção resolveram o caso” (Aluno 17, Escola A); “[...]. A diretora deu advertência para os dois, e um mudou de turno” (Aluno 2, Escola A); “aconteceu com uma colega, levou suspensão” (Aluno 8, Escola A).

Nos relatos, percebem-se alguns procedimentos que são realizados para resolução dos problemas ocasionados pelo ato violento, bem como a existência de uma rotina quando há casos de violência. Esses envolvem o diálogo e o encaminhamento para a gestão escolar e, caso não seja resolvido internamente, busca-se auxílio com os agentes externos. Conforme pode se verificar nas palavras do Gestor 1, Escola B:

de imediato quando os professores percebem algum tipo de violência eles (...) trazem para coordenação, trazem para direção e nós aqui que tomamos todas as providências necessárias, [...]. O primeiro passo é conversar com os alunos, ver, identificar o que gerou, onde está a raiz do problema (...) e tentar harmonizar propriamente entre os alunos. Se não conseguirmos isso, dependendo da gravidade da violência, a gente entra em contato com os responsáveis, com os pais, se percebemos que é algo digamos corriqueiro, que não chega a afetar, digamos (((nervosa))) muito os alunos, a gente resolve por aqui mesmo (...). Mas caso não der, chamamos os pais, e dependendo da gravidade, ela ultrapassa os muros da escola. Buscando ajuda com o Conselho Tutelar, ou dependendo, [...] com agentes externos.

Ainda, o Gestor 1, Escola A, relatou que “[...] no nosso PPP, no nosso regimento, que o primeiro passo é a conversa, a orientação, na segunda vez um registro com a assinatura sobre o combinado.” Porém, os professores da Escola A relataram que possuem acesso ao documento, mas não recordam do PPP contemplar a temática da violência.

O Gestor 1, Escola A; os professores da escola A; e, o Gestor 1, Escola B, apontaram que a ferramenta utilizada para minimizar ou prevenir a violência é o diálogo. Diante disso, ressalta-se que é necessário dialogar, oportunizar a reflexão sobre a ação, por isso, a escola deve assumir o seu papel e considerar que o diálogo é parte do ato pedagógico e que possibilita estruturas mais democráticas.

Quando os Gestores foram arguidos se as violências na Escola são comuns ou ocasionais e quais as que ocorrem com mais frequência, o Gestor 1, Escola A, relatou: “aqui por já existir este trabalho, [...] a gente percebe que eles possuem um controle melhor assim, da mesma maneira que eu estou falando aqui contigo, eu falo assim com o nosso aluno, ninguém grita com o aluno, a gente conversa e busca resolver.”

Apesar dos alunos da Escola A relatarem não terem sofrido nenhum tipo de violência, quando questionado, o Gestor 1, da Escola A, sobre se o *bullying* ocorreu ou não, afirmou que:

Ocorre, ocorre também. Porque são seres humanos, porque são crianças. Porque eles não tem totalmente o conceito do que é o *bullying*, da gravidade que ocasiona. [...] eles (alunos) recebem palestras sobre violência, *bullying*, sobre o que é um ato indisciplinar e o que é um ato criminoso, né, o que a escola como instituição tem que dar conta, o que eles vão fazer que não é mais com a escola. Por exemplo, agressão física grave, não é mais comigo isso, eu sempre uso um exemplo assim, se estão brigando ali fora na esquina, as pessoas vão chamar quem a diretora ou a polícia? E eles respondem a polícia, e eu afirmo, pois é, a violência não é só responsabilidade da escola. Essa palavra nem deveria existir por aqui.

No entanto, apesar de haverem iniciativas para a minimização das violências com os alunos, os professores da Escola A ressaltaram que não participaram de formações continuadas e/ou palestras sobre a temática violência. Nesse sentido, parece que somente foi oportunizado aos alunos.

A violência não ameaça somente o processo de ensino e aprendizagem, mas também a integridade psicológica e física de todos os que estão inseridos no contexto, ultrapassando os muros da escola. Há docentes amedrontados, desmotivados e estressados realizando suas práticas pedagógicas para educandos poucos interessados e indisciplinados. Além disso, os alunos que não são agressivos acabam se desinteressando e perdendo o prazer e o estímulo pelos estudos, decaindo muitas vezes seus rendimentos (FERRO, 2013). Por isso, questionaram-se os professores se os alunos violentados ou que visualizaram a ocorrência se sentem desmotivados ou se os rendimentos deles diminuíram. Esses salientaram que: “rendimento e autoestima decaem, e também atrapalha a turma como um todo” (Professor 3, Escola A); “no meu caso não consigo perceber” (Professor 1, Escola A); “não presenciei momentos de violência nesta escola” (Professor 2, Escola A). De acordo com as descrições, parece ser algo muito particular, pois alguns professores não reconhecem interferências. No entanto, assim como salientado por Ferro (2013), esses aspectos impactam o contexto escolar.

Sobre a existência de um projeto para minimizar a violência nas escolas, ambos sinalizaram que existe. Vejamos nas palavras dos gestores:

Existe. Isso também que eu já falei que é a questão de não deixar passar nada. A gente sempre chama, conversa o tempo inteiro. [...]. A nossa sala sempre está de portas abertas, o que a gente mais quer é que os alunos venham conversar, que a gente possa orientar, né, e este trabalho não é só meu, é das coordenadoras também, é um trabalho em conjunto né (Gestor 1, Escola A).

É (...) a nossa maior estratégia [...] é acompanhar de perto (...) percebeu alguma coisa (...) não deixar isso se avolumar. A gente traz palestras (...) inclusive tivemos um teatro sobre o *bullying* agora, de um profissional que (...) de uma forma muito lúdica, ele apresentou o *bullying* o que seria o *bullying* como lidar com ele, então, essas questões nós estamos trazendo, mostrando. Fazendo com que o aluno não se cale (...) frente a qualquer tipo de agressão [...], na nossa opinião (...) digamos assim, o mais grave, é quando o aluno se cala, guarda pra ele e recua (Gestor 2, Escola B).

Nessa mesma linha de pensamento, Helena Singer (2013) ressalta que:

A superação da situação de violência virá quando a escola conseguir se tornar um projeto coletivo, um projeto comum de estudantes, educadores e famílias interessados em produzir conhecimento, em se transformar mutuamente ao mesmo tempo em que transformam o lugar em que estão. Quando isso acontecer, os professores deixarão de estar isolados em suas salas de aula e se verão membros de uma equipe, com um projeto coletivo, em uma comunidade.

Também, são realizadas formações e palestras sobre a violência no ambiente educacional no cotidiano escolar. Segundo os gestores:

Já. Já. Muitas. Recente a gente teve agora a Polícia Militar realizou um projeto que é a Polícia na Escola³, né, a polícia vem, pra conversar com os alunos. [...] O papel da polícia na escola, é dar este amparo pra gente. É um dos recursos que a gente tem (...) sabe? (Gestor 1, Escola A).

Sim a gente (...) permanentemente (...) ouve falar (...) participa (...) né (...) faz leituras referente ao assunto (...), porquê nós não podemos nos omitir, é um assunto bem (...) digamos assim (...) bem importante (...) que ele permeia sim o ambiente escolar, ele está por aqui o tempo todo (((confusa))) né (...) é (...) os alunos, as crianças e os alunos pré adolescentes, eles estão em formação, e nessa (...) e nessa (...), digamos assim, percurso, eles tentam se afirmar né (...) do jeito deles (...) (Gestor 1, Escola B).

Além dessas iniciativas, existem ações desenvolvidas pela escola de modo a minimizar/prevenir as violências que lá ocorrem. Essas ações são realizadas, principalmente, para conscientizar as famílias e aproximá-las da escola. Vejamos:

Através da conversa, parcerias, com famílias. Palestras para as famílias. [...]. E daí quando a gente percebe casos de violência de família, e está afetando diretamente o nosso aluno, nós também chamamos os pais para uma conversa, a gente também interfere no âmbito familiar. (...) Nós temos uma grande preocupação com o aprendizado, e se de alguma maneira este aprendizado está violentado, né, ou porque a criança chega assustada, batendo, tá reproduzindo o que está vendo em casa, tem que ter uma

³ Pretende regular a ação da Polícia Militar nas escolas, incentivando a interação da comunidade com a escola, por meio de palestras, rondas e também a presença dos policiais nas escolas.

conversa com a família. Aí depende, da proporção a gente entra em contato com o Conselho Tutelar (Gestor 1, Escola A).

Quanto à realização de Boletim de Ocorrência referente à violência cometida no ambiente educacional, verificaram-se duas realidades distintas:

Quando são casos mais graves a gente relata, eu só não me recordo se chegamos a realizar boletim de ocorrência, eu acho que não foi feito. [...] Embora a orientação que recebemos é que se faça um boletim de ocorrência, quando houver uma agressão física, mas nós buscamos resolver com a família através da conversa (Gestor A, Escola A).

Já tivemos, já (...). Nós já tivemos coisas bem sérias aqui na escola, então na necessidade (...) hoje nós temos inclusive, participamos (...) é faz agora uns dois meses (...) de um projeto da polícia, né (...) intitulado de "O Policial Amigo da Escola", que também eles vêm e fazem (...) fazem palestras em torno deste assunto, eles vêm não a título digamos de punição, mas a título de educação (Gestor 2, Escola B).

Percebeu-se na fala do Gestor 2, Escola B, que a partir da própria necessidade realizam-se iniciativas para a conscientização. Evidenciou-se a proximidade entre escola e Polícia Militar, de modo a instruir sobre possíveis direcionamentos a serem dados, por exemplo, no caso de ato disciplinar, quando é crime e, também, no sentido de formação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência é recorrente nos meios escolares pesquisados. Mesmo que ela não seja oriunda do ambiente escolar, é uma consequência social, devido à diferença de valores, culturas, etnias. Assim sendo, ao não saber lidar com a diversidade de ser e pensar, as violências acabam acontecendo .

No decorrer da pesquisa, evidenciou-se uma compreensão de violência como uma ação social que acaba interferindo no contexto escolar. Além disso, a violência não se limita apenas ao ato que agride o corpo em forma física, incidindo também na violência verbal, psicológica e até mesmo nas violências sistematizadas. Envolve e atinge alunos, professores, coordenadores e funcionários. Sendo que a violência mais difícil de ser percebida é a psicológica, pois os alunos acabam se fechando e não compartilham a ocorrência. Ainda, há dificuldade em se discutir sobre a questão, como percebido pela resistência dos professores da escola B em participar.

A violência é considerada, muitas vezes, como uma conduta que não aceita o conjunto de valores sociais. Sendo assim, demanda esforço da sociedade e comunidade escolar, por isso, necessita-se do coletivo para efetivar a minimização da violência no ambiente escolar. Esse trabalho em conjunto pode ser relevante com parcerias entre a Secretaria Municipal da Educação, Conselho Tutelar, Polícia Militar, comunidade escolar, bem como com os demais sujeitos educacionais. Nesse sentido, necessitam-se de pesquisas que desvendem e estimulem ações para combatê-la.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. **Conversando sobre violência e convivência nas escolas**. Rio de Janeiro: FLACSO, 2012.
- ABRAMOVAY, M. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2003.
- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G.. **Violências na Escola**. Brasília: Unesco, 2002.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difusão Editorial. 1989.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 13.185, de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 de nov. 2015, Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 5 abr. 2017, Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente; ECA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990, Seção 1, p. 13563.
- CHRISPINO, Á. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Revista Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, 2007.
- DEBARBIEUX, É.; BLAYA, C. (Orgs.). **Violência nas escolas: dez abordagens europeias**. Brasília: UNESCO, 2002
- DURKHEIM, E. **O que é fato social?** As Regras do Método Sociológico. 6. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.
- FALEIROS, V. P. **Escola que protege**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

FERRO, J. P. **Violência escolar em foco: percepções e encaminhamentos de professores e gestores**. Paranaíba, MS: UEMS, 2013.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, L. A. O.; SPOSITO, M. P. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 101-138, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde do escolar**, 2015. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

MARTINS, M. J. D. Agressão e vitimação entre adolescentes, em contexto escolar: Um estudo empírico. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 23, n. 4, p. 401-425, out. 2005.

MARRIEL, L. C.; ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q.; OLIVEIRA, R. V. C. Violência escolar e auto-estima de adolescentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, p.35-50. 2006.

MCMILLAN, J.; SCHUMACHER, S. **Investigación educativa**. 5. ed. Madrid: Pearson Educación, 2005

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar de ação coletiva. **Revista História, Ciência e Saúde**, v. 4, n. 3, p. 513-531, 1998.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 10. ed. São Paulo: Papirus, 2006.

OLIVEIRA, H. N.; MACHADO, C. J.; GUIMARÃES, M. D. Violência verbal contra indivíduos com transtorno mental no Brasil: prevalência e fatores associados. **J Bras Psiquiatr.**, v. 62, n. 2, p. 160-163, 2013.

PIGATTO, N. A docência e a violência estudantil no contexto atual. **Revista Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 303-324, 2010.

PINHEIRO, T. Meio crianças, meio adultos. **Revista Nova Escola**, ed. 12, 2012.

REIS, C. E. **A violência escolar: A perspectiva da folha de São Paulo**. Florianópolis: Escola do Legislativo do estado de Santa Catarina, 2003.

RISTUM, M. **O conceito de violência das professoras do ensino fundamental**. 2001. 397 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2001.

RISTUM, M. Violência na escola, da escola e contra a escola. In: In: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (Orgs). **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

RUSSO, G. et al. **Quando a realidade cala: violência psicológica intrafamiliar contra crianças e adolescentes em Mossoró-RN**. Brasília: Temporalis, 2014.

SANTOS, I. A. **Educação para a diversidade**: uma prática a ser construída na Educação Básica. Paraná: Universidade Estadual do Norte do Paraná. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2346-6.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

SILVA, A. B. **Bullying**: Mentres perigosas na escola. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SINGER, H. **Projeto coletivo de escola para superar a violência**. São Paulo: 2013. Disponível em: <<http://porvir.org/projeto-coletivo-de-escola-para-superar-violencia/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

TIELLET, M. H. S. **As políticas públicas de redução e prevenção dos conflitos e da violência em ambiente escolar do estado de Mato Grosso, no período de 2003-2010, e os reflexos nas escolas estaduais do município de Cáceres**. 2012. 363 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2012.

TSUKAMOTO, F. C. C. **A violência escolar na perspectiva dos professores do ensino fundamental de escolas públicas municipais de Cáceres – MT**. Cáceres: Unemat, 2015.